

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O EXTRATIVISMO VEGETAL NOS TERRITÓRIOS RURAIS AMAZÔNICOS: A  
EXTRAÇÃO DE MADEIRA E DE PLANTAS MEDICINAIS ENQUANTO VALOR  
DE TROCA NO MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA-AM

Bolsista: Vildomar Brun Filho, CNPQ.

Manaus  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB-A/0067/2011

O EXTRATIVISMO VEGETAL NOS TERRITÓRIOS RURAIS AMAZÔNICOS: A  
EXTRAÇÃO DE MADEIRA E DE PLANTAS MEDICINAIS ENQUANTO VALOR  
DE TROCA NO MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA-AM

Bolsista: Vildomar Brun Filho, CNPQ.  
Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

## RESUMO

Na região amazônica, os recursos da agrobiodiversidade é uma fonte importante para a sobrevivência do homem, principalmente, para aqueles que vivem distante dos grandes centros urbanos. Contudo, as atividades agrícolas, não geram renda o suficiente para que as famílias possam viver de forma adequada e por isso, possuem uma segunda atividade que não gera apenas renda, mas, além de alimentos, outros recursos importantes para as famílias locais. O trabalho foi realizado em três comunidades do município de Caapiranga-AM, Monte Alegre, São Jorge e Patauá, onde foram aplicados formulários com perguntas abertas e fechadas. O método utilizado foi o Estudo de Caso e a análise dos dados foi realizada através de estatística descritiva. Os resultados da pesquisa mostraram que a maioria se considera agricultor, entretanto, entre eles há os que praticam o extrativismo, pois conhecem as vantagens da extração sem prejudicar a floresta. Através do extrativismo, os entrevistados, adquirem renda, alimento, remédios e materiais de construção. A localização das comunidades dificulta muito o processo da comercialização, tanto dos produtos agrícolas, quanto os florestais. Devido a este fato, os agricultores/extratores comercializam seus produtos aos atravessadores, os quais possuem fácil acesso às unidades produtivas, sendo o atravessador o responsável pela compra ou venda do produto, porém, nesta condição, o atravessador torna-se o estipulador do preço do produto, que comumente está abaixo do preço de mercado.

**Palavras Chave:** Extrativismo, agricultores, Amazônia.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	5
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	6
RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	10
CONCLUSÃO .....	16
REFERÊNCIAS .....	17
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES .....	20

## 1.INTRODUÇÃO

As comunidades amazônicas instituíram formas de convívio com a floresta tropical úmida, enfrentando as condições que lhes foram impostas pelo ambiente e compatibilizando a exploração dos recursos locais com sua conservação. Contudo, a formação dessas comunidades, embora tenha ocorrido em tempos diferenciados, foi impulsionada por diversos ciclos de ocupação e modelos econômicos implantados, o que fez surgir uma sociedade singular que interage de forma diferenciada com seu meio (SIMONETTI, 2004). É de suma importância valorizar o conhecimento sócio-histórico sem deixar de considerar as condições existenciais dessas populações, ou seja, o saber fazer do cotidiano. Pois se entende que ele é o fator determinante do modo de produção particular de cada uma delas, bem como seu modo de vida.

Nesta região, o extrativismo vegetal, por exemplo, é uma prática muito útil para as populações de comunidades rurais, pois possibilita a complementaridade da renda, alimentação, medicamentos, dentre outras utilidades que as famílias locais necessitam em seu dia a dia, tendo em vista que comunidades rurais geralmente, são distantes dos centros urbanos.

Para Witkoski (2007), o extrativismo, nos dias atuais, para os camponeses amazônicos, não se configura mais como o único ou principal componente da produção, pois comparece à unidade de produção familiar camponesa associado, de modo intrínseco, à agricultura de corte e queima, à pequena criação de animais cuja principal finalidade é a subsistência e, depois a comercialização. Ele deixa de ser, igualmente, extrativismo de um só produto, para ser exercido de modo diversificado e dessa forma, adquirir uma ampla e significativa explicação para o modo de relação entre o homem e o meio ambiente.

Desta forma, o modo de vida dos agricultores familiares da Amazônia constituído por indígenas e caboclos-ribeirinhos advém de seu conhecimento sobre os ecossistemas em que vivem. O conhecimento tradicional desenvolvido por essas comunidades é definido por Fraxe (2004), como sendo as informações que as pessoas, numa determinada comunidade, desenvolveram ao longo do tempo, baseado na experiência, adaptado a cultura e ambiente local, estando em constante desenvolvimento.

Contudo, tanto para as práticas agrícolas como também para o extrativismo, há fatores que fazem parte destas práticas que necessitam de compreensão, e um dos exemplos, é o fator comercialização, o qual ainda é um gargalo que necessita de pesquisas, que possam dar subsídios para a sua resolução, Ribeiro et al. (2002), associam a organização de produção dessas comunidades como uma forma de

preservar o ambiente, pois como dependem quase que exclusivamente do meio, procuram se harmonizar com ele. Ainda de acordo com Diegues e Arruda (2001), populações tradicionais que já habitam uma área a muitas gerações acumulam maior carga de experiências e conhecimentos sobre o ambiente que manejam. Neste sentido, as informações geradas através desta pesquisas descritivas podem contribuir para a compreensão das problemáticas existentes na realidade agrícola e extrativista de comunidades formadas por agricultores familiares.

Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo caracterizar o processo de extrativismo vegetal, madeira e plantas medicinais, e sua comercialização, enquanto valor de troca em comunidades rurais do município de Caapiranga – AM.

## **2.REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 Extrativismo: Conceito e importância para a Região Amazônica**

Extrativismo é um conjunto de atividades econômicas relacionadas à coleta ou extração de recursos naturais do meio ambiente. O extrativismo vegetal ocorre com maior intensidade na região Norte, com a extração de borracha, castanhas e madeira. Este extrativismo é realizado de forma individual, coletiva ou por empresas (HOMMA, 2005).

Este extrativismo pode ser compreendido enquanto valor de troca, que se concentra, no modo de comprar mais barato, pois não se pode considerar essa prática apenas como uma atividade complementar da economia camponesa, mas sim, “como uma das formas de trabalho desse ator sobre o ambiente que habita, procurando realizar sua vida e a de sua família” (WITKOSKI, 2007).

Atualmente, em toda a Amazônia Brasileira, cerca de trezentas mil famílias declaram praticar o extrativismo como a principal atividade, tirando daí o essencial de seus rendimentos. Nas regiões ribeirinhas, além da agricultura de subsistência, a prática do extrativismo está presente em todos os aspectos, a floresta com o seu recurso natural rico e com grande potencial econômico, oferece aos caboclos ribeirinhos, uma vasta opção de extrativismo vegetal.

Produtos como a andiroba, os frutos das palmeiras de tucumã ou açaí são comercializados em escala regional ou local (EMPERAIRE et al., 2000) assim como madeiras para construção de casas, canoas e lenhas. O extrativismo graças à renda complementar que propicia, conserva o interesse por parte dos pequenos produtores e se insere entre outras atividades produtivas tais como a agricultura, a pequena

criação, a caça e a coleta para fins domésticos. Essa imbricação entre a agricultura e a coleta de produtos florestais com finalidades comerciais implica complementaridade e tomadas de decisão quanto à gestão do território, assim como à locação da força de trabalho (PEREIRA, 2000).

## **2.2 Relação entre homem, sociedade e meio ambiente**

O homem, enquanto sociedade está em constante relação com o meio natural, direta ou indiretamente, seja nos grandes centros urbanos ou nas pequenas e isoladas comunidades do meio rural. É correto afirmar que essa relação intrínseca influencia e é influenciada pelas dinâmicas que moldam o espaço geográfico, sendo estas, as dinâmicas econômicas, políticas, culturais e naturais, que se conjugam de formas profundamente diferenciadas em cada local (HASBEART, 2006).

A relação da atividade com a importante questão do desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, no livro discorre que essa sustentabilidade aparece como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (LEFF, 2008)

Com a atual, eufórica e importante discussão sobre desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, os estudos que vem sendo realizados (a respeito da atuação das sociedades sobre a natureza e reciprocamente, do meio natural sobre o homem nos territórios rurais), abordam principalmente os âmbitos político-econômicos e também o campo cultural.

A diversidade, heterogeneidade e especificidades em âmbito local ou municipal da Amazônia justificam a análise e utilização do conceito de território para o estudo proposto. Segundo Santos (2007), “nada que é considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território.”

O autor ratifica que este não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território deve ser entendido como o território usado, e não como o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território nesse sentido é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais, culturais, simbólicas e do exercício da vida (SANTOS, 2007).

Utilizando esse conceito de território para uma das diversas realidades rurais amazônicas, apresentamos agora nosso objeto de estudo.

O presente projeto busca seguir uma linha de análise socioeconômica, propondo-se a estudar a relação econômica dos camponeses amazônicos com seu meio natural, especificamente as florestas.

## **2.4 Ambientes de trabalho**

Nesse contexto, é indispensável à análise de Witkoski (2007), onde o autor discorre que os camponeses amazônicos trabalham em três ambientes, sendo estes a terra, a floresta e a água, de forma que é na floresta que o camponês e sua família trabalham em menor escala. Isso não significa dizer que esse ambiente tem menos relevância que os outros no que diz respeito a sua subsistência e eventuais transações comerciais de produtos extraídos.

Dentre, esses autores podemos ver que relações que dizem respeito à cultura, a economia, a política e principalmente a natureza. Atualmente, com a intensa discussão referente à preservação, conservação e sustentabilidade ambiental, sem deixar de lado o desenvolvimento econômico, é de grande importância estudar tais relações de forma a compreender como o homem, enquanto sociedade vem se apropriando da natureza. Além disso, as bases, dados, resultados e discussões que são aqui propostas visam fortalecer o desenvolvimento de políticas territoriais rurais, a partir de uma perspectiva de descentralização da gestão pública. Assim, identificado as formas de extrativismo vegetal existente na comunidade Monte Alegre, Patauí e São Jorge; situadas no município de Caapiranga – AM, com a forma do método de caso, verificado os locais de consumo desses produtos, assim como as características e utilização da renda adquirida e compreendida o processo do trabalho: plantio, produção e comercialização.

## **4. MATERIAL E MÉTODOS**

Esta pesquisa foi desenvolvida na zona rural do município de Caapiranga, Amazonas, nas comunidades Monte Alegre, Membeca e São Jorge. As referidas comunidades são formadas por agricultores familiares. Sendo assim, a agricultura familiar é a principal fonte de renda.

Para realização do projeto, usamos o método Estudo de caso. Esse método nos oferece a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações. Já para Chizzotti (2006), o estudo de caso como



modalidade de pesquisa origina-se nos estudos antropológicos de Malinowski e na Escola de Chicago e, posteriormente, teve seu uso ampliado para o estudo de eventos, processos, organizações, grupos, comunidades etc.. Para Yin (2005), os preceitos teórico-metodológicos para o levantamento e coleta de dados dizem respeito ao exaustivo estudo de um ou poucos objetos, de modo que se chegue ao conhecimento detalhado do caso.

No entendimento de Stake (2000), o estudo de caso caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação que pode abranger. Chama a atenção para o fato de que "nem tudo pode ser considerado um caso", pois um caso é "uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas".

Na posição de Lüdke e André (1984), o estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação. Destacam em seus estudos as características de casos naturalísticos, ricos em dados descritivos, com um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado.

Em determinado tipo ideal. São úteis também na exploração de novos processos ou comportamentos, novas descobertas, porque têm a importante função de gerar hipóteses e construir teorias. Ou ainda, pelo fato de explorar casos atípicos ou extremos para melhor compreender os processos típicos. A utilidade também é evidenciada em pesquisas comparativas, quando é essencial compreender os comportamentos e as concepções das pessoas em diferentes localidades ou organizações.

Com base nas aplicações apresentadas, evidenciam-se as vantagens dos estudos de caso: estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatiza a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo e apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles. Mas há também limitações. A mais grave, parece ser a dificuldade de generalização dos resultados obtidos.

Pode ocorrer que a unidade escolhida para investigação seja bastante atípica em relação às muitas da sua espécie. Naturalmente, os resultados da pesquisa tornar-se-ão bastante equivocados. Por essa razão, cabe lembrar que, embora o estudo de caso se processe de forma relativamente simples, pode exigir do pesquisador muita atenção e cuidado, principalmente porque ele está profundamente envolvido na

investigação. Sendo assim, os argumentos mais comuns dos críticos dos estudos de caso estão no risco de o investigador apresentar uma falsa certeza das suas conclusões e fiar-se demais em falsas evidências. Em decorrência disso, deixar de verificar a fidedignidade dos dados, da categorização e da análise realizada. A recomendação para eliminar o viés de estudo é elaborar um plano de estudo de caso que previna prováveis equívocos subjetivos. Há ainda outro equívoco relativo à aplicação dos estudos de caso que deve ser mencionado. Trata-se do entendimento de que, por utilizar uma ou poucas unidades, representa uma pesquisa muito fácil de ser realizada. Essa afirmação simplifica o nível de complexidade envolvido nessa modalidade de pesquisa e o rigor científico necessário ao seu planejamento, análise e interpretação.

A elaboração de perguntas direitas e indiretas, sobre a comunidade e seu modo extrativista na vida ribeirinha. Perguntas que trouxe resultados qualitativos para a compreensão de como o modo extrativista é uma das fontes de renda da vida ribeirinha. Foram elaboradas questões que busquem levantar e coletar informações pessoais e familiares.

Por fim, além das coletas de informação, participar e adentrando no mundo vivido pelo extrativista, de forma a experimentar, ver, ouvir e sentir a realidade do objeto em análise.

## **5.RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados apresentados, são procedentes de 12 formulários, aplicados em três comunidades rurais: Monte Alegre, São Jorge I e II; e Patauá, no município de Caapiranga, AM.



Figura 1 - Comunidade São Jorge I, município Caapiranga, AM.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em relação à ocupação da terra, foi verificado que em cada comunidade, à posse da terra, está ligada predominantemente a categoria proprietário, pois, entre os 12 entrevistados, somente um informou ser posseiro. Durante as entrevistas e visitas as comunidades foi possível contatar que todos utilizam como local de trabalho o ecossistema de terra firme com floresta secundária (capoeira).

Segundo, Richers (2010), as famílias amazônicas derrubam extensões de área cerca de quatro vezes maior, tanto em vegetação de mata como em capoeira. E essa maior preferência por estabelecer áreas novas de plantio na mata em ambiente de terra firme, pode dever se tanto à maior incidência de ervas daninhas em capoeiras de terra firme, com relação às capoeiras inundáveis da várzea, como à maior diferença entre o rendimento propiciado em solo de mata com relação ao solo de capoeira em terra firme, se comparado com a várzea, já que esta última recebe anualmente uma fertilização natural (HOMMA et al., 1998; PEREIRA et al., 2006).



Figura 2 – Comunidade São Jorge II. Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

As famílias entrevistadas informaram que a principal atividade produtiva é a agricultura, sendo que 91,7% informaram serem agricultores e enquanto apenas 8,3 % se identificaram como extrativistas.

Quando questionados sobre as condições de vida na comunidade, incluindo questões de infraestrutura, saúde e educação, todos os entrevistados foram enfáticos

ao afirmar que atualmente a situação é bem melhor quando comparadas há anos anteriores. Eles enfatizaram que com a chegada da energia e água encanada, as suas vidas melhoraram. Entretanto, segundo Gunnar Myrdal (1956) e Albert Hirschman (1958) as análises sobre espaços econômicos e desenvolvimento, especialmente quanto aos aspectos de interação entre regiões e nações em diferentes estágios de desenvolvimento na sociedade, caso as comunidades tem uma visão holística - uma visão que vá além das fronteiras territoriais normais das disciplinas acadêmicas.

A tabela 1 mostra que tanto a atividade agrícola quanto a atividade extrativa são bem diversificadas. Entretanto é evidente que as espécies perenes são menos cultivadas e que o extrativismo vegetal é predominante na atividade extrativa.

**Tabela 1** – Espécies e produtos do extrativismo em três comunidades do município de Caapiranga (n=12)

<b>Espécies cultivadas</b>	<b>Nome Científico</b>	<b>Destino da produção</b>	<b>Espécies e produtos do Extrativismo</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Destino da produção</b>
<b>Abacaxi</b>	<i>Ananas comosus</i>	V	<b>açaí</b>	<i>Euterpe precatoria</i>	C, V
<b>cebolinha</b>	<i>Allium fistulosum</i> L.	C	<b>andiroba</b>	<i>Carapa guianensis</i>	C, V
<b>Feijão</b>	<i>Phaseolus vulgaris</i>	C	<b>bacaba</b>	<i>Oenocarpus bacaba</i>	C
<b>Goiaba</b>	<i>Psidium guava</i>	V, C	<b>carapanaúba</b>	<i>Aspidos permanitidum</i>	C
<b>Jambú</b>	<i>Spilanthus oleracea</i> L.	C	<b>castanha</b>	<i>Bertholletia excelsa</i>	V, C
<b>Milho</b>	<i>Zea mays</i>	C	<b>cipó ambé</b>	<i>Philodendro nimbe</i>	V
<b>Pupunha</b>	<i>Bactris gasipaes</i>	V, C	<b>cipó titica</b>	<i>Heteropsis Jenmani</i>	V
<b>Banana</b>	<i>Musa spp.</i>	V, C	<b>cipó utibaçu</b>	<i>Não identificado</i>	V
<b>mandioca</b>	<i>Manihot sculenta</i>	C	<b>copaíba</b>	<i>Copaifera landesdorffi</i>	C
<b>Manga</b>	<i>Mangifera indica</i>	C	<b>madeira</b>	<i>Não identificado</i>	V, C
<b>Arruda</b>	<i>Ruta graveolens</i>	C	<b>mel</b>		C, V
<b>Limão</b>	<i>Citrus spp.</i>	C	<b>patauá</b>	<i>Oenocarpus bataua</i>	C
<b>Jerimum</b>	<i>Curcubita maxima</i>	C	<b>Saracura mirá</b>	<i>Ampelozizyphus amazonicus</i>	C

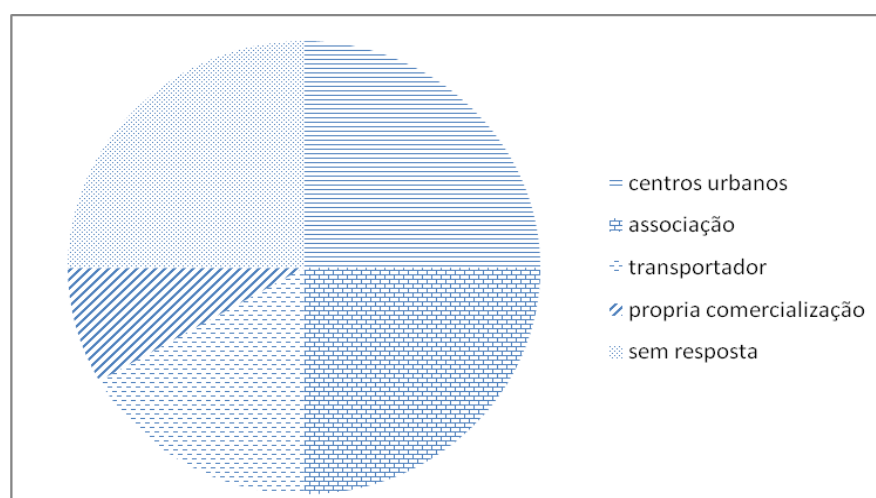
<b>Melancia</b>	<i>Cirullus spp.</i>	C	<b>tucumã</b>	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	C
<b>macaxeira</b>	<i>Manihot sculenta</i>	C			
<b>cará roxo</b>	<i>Dioscorea sp.</i>	C, V			
<b>Maxixe</b>	<i>Cucumis anguria L.</i>	C			
<b>Cupuaçu</b>	<i>Theobroma grandiflora</i>	V, C			
<b>Laranja</b>	<i>Citrus spp.</i>	C			
<b>Coco</b>	<i>Cocus nucifera</i>	C			
<b>Ingá</b>	<i>Ínga edulis Mart</i>	C			

C= consumo; V= venda

Os destinos da produção nas duas atividades são somente para consumo ou para consumo e venda. No caso da extração do cipó a produção é destinada exclusivamente para venda. A dinâmica dessas atividades no aspecto da diversificação e do destino da produção mostra pontos coincidentes com a agricultura familiar praticada na região, cuja característica é o cultivo das espécies de forma diversificada e em pequena escala e a prática da atividade extrativa como complemento da renda familiar.

Esse aspecto é considerado por Shneider (2003), quando comenta que a agricultura ocupa um lugar destaque no espaço rural, porém as mudanças na dinâmica apontam por uma forma de organização do trabalho familiar que se refere ao exercício de um conjunto variado pelos membros das famílias chamando de pluriatividade. Nessa consideração de organização do trabalho, as atividades podem ser agrícolas e não agrícolas dentro e fora da propriedade.

Dentre os produtos cultivados, que são comercializados, a maioria é para comercialização e são vendidos para os centros urbanos e atravessadores, apenas uma pessoa informou que comercializa sua própria produção. Isso se deve ao fato da localidade das propriedades e dos recursos que cada família possui. Ressaltando que ocorrem casos de venda para mais de um tipo de comprador.



## Gráfico 2 – principais locais de comercialização

Figura 4. Formas de comercialização dos agricultores familiares.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Os dados acima também influenciam na questão da comercialização e negociação dos produtos onde se relaciona que na maioria dos casos é o comprador que dita os preços dos produtos seja ele qual for, em casos de compra realizada pela associação o preço pago as famílias tende a ser melhor deixando mais justo o preço pago aos agricultores.

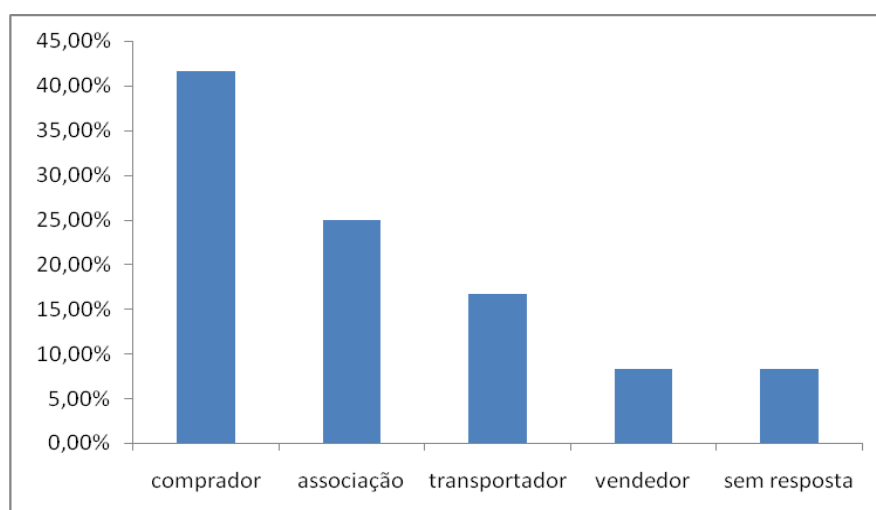


Figura 5. Formas de comercialização dos agricultores familiares.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O preço pago aos agricultores tem grande relevância na satisfação dos proprietários em relação as atividades que exercem. Relacionando aos gráficos anteriores as pessoas que mostraram maior satisfação em relação ao preço pago foram aqueles que comercializam para as associações e aqueles que comercializam

seus próprios produtos, aqueles que comercializam para transportadores e/ou comercializam para os centros urbanos demonstraram, achar menos justa essa comercialização.

O beneficiamento de alguns produtos também ocorre nessas localidades porém, de acordo com a pesquisa entre os entrevistados mais de 80% deles beneficia apenas os produtos agrícolas apenas 8,3% beneficia os produtos florestais e ocorre a mesma porcentagem para quem beneficia tanto produtos agrícolas como florestais.

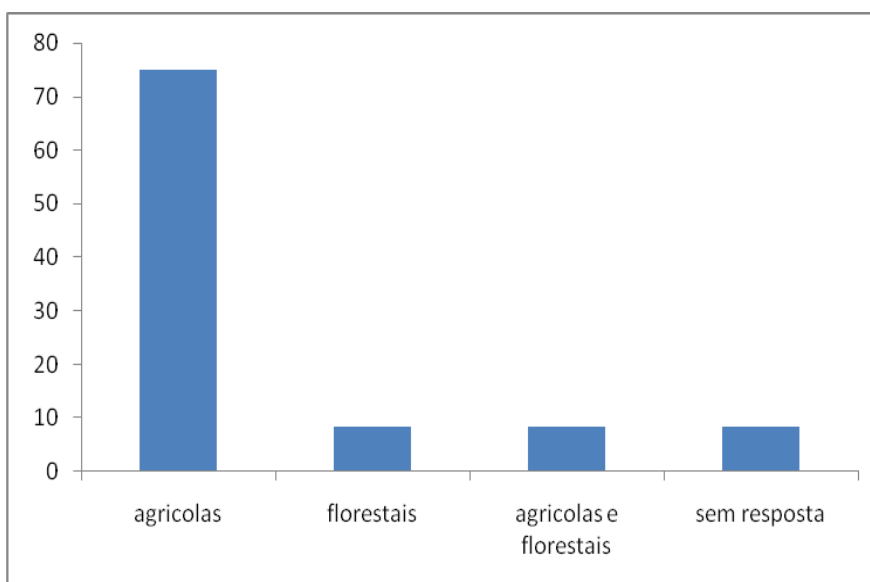


Figura 5. Ecótipos onde são desenvolvidas as atividades agrícolas e extrativas. Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

## 6. CONCLUSÃO

Dentre as formas de extrativismo vegetal existentes nas comunidades rurais do município de Caapiranga, estão o extrativismo de plantas medicinais, frutíferas e madeira. O extrativismo destes produtos é bem diversificado, onde os extrativistas conseguem manejar de forma adequada os agroecossistemas;

Os locais de trabalho dos caboclos ribeirinhos são as florestas, capoeiras, roças e quintais agroflorestais;

A renda dos agricultores familiares vem principalmente das práticas agrícolas e do extrativismo, contudo, nesta região, um dos principais gargalos é a comercialização, a qual é dependente dos agentes de comercialização (atravessadores, marreteiros).

Os processos de trabalho giram em torno da mão de obra familiar, sendo conseqüentemente as formas de coleta, manejo, perpetuada entre os membros da famílias e suas gerações.

## 7. REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes; 2006:135.

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FRAXE, T. J. P. O saber local e os agentes da comercialização na Costa da Terra Nova, no Careiro da Várzea. **II Encontro ANPPAS**, São Paulo, 2004.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKY, Antônio Carlos. (Org). **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Ordenamento Territorial**. In: Boletim Goiano de Geografia. 2006.

HIRSCHMAN, Albert. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale IEL-Instituto Euvaldo Lodi.: MIT, 1956. 350 p. Cambridge, Mass.: MIT, 1964. Cap. 32, p. 623-641.



HOMMA, A .K. O et al. Redução dos desmatamentos na Amazônia: política agrícola ou ambiental. In: Homma, A .K. O. (Ed.). **Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola**. Brasília: EMBRAPA, 1998. p.119-142.

YIN, R. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2008.

LÜDKE M, ANDRÉ M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.1986.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957). 167 p.

RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S. Regulação, normas e técnicas de extração de recursos naturais em áreas coletivas do alto Jequitinhonha. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002. 591-610p.

PEREIRA, K. J. C. et al. Saber tradicional, agricultura e transformação da paisagem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. **Uakari**. v. 2, n. 1, p. 9-26, 2006.

RICHERS, B. T. T. Agricultura migratória na várzea: ameaça ou uso integrado? **UAKARI**, v.6, n.1, p.27-37, jun.2010.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: OLIVEIRA, M. P. de. et. al. (Org.) **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18 n.51, p. 99 – 192.

SIMONETTI, S.R. **A dinâmica sócio-ambiental das comunidades ribeirinhas do Rio Parauari em Maués: Um estudo de caso das comunidades vila Darcy e Acaoera**. 2004.153p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia)-,Universidade Federal do Amazonas.

STAKE, R.E. Case studies. In: Denzin NK, Lincoln YS (eds). **Handbook of qualitative research**. London: Sage. 2000,436p.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

**CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES**

<b>Descrição</b>	<b>Ago 2011</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan 2012</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>
Revisão de Literatura	R	R	R	R	R	R	R	R				
Coleta de Dados de Campo						R			R			
Identificação das formas de extrativismo no município de Caapiranga.				R		R			R			
Verificar as formas de uso do extrativismo.						R			R			
Compreender o processo do trabalho do extrativismo na área em análise.						R	R	R	R			
Elaborar resumos e artigos para congressos e publicações.					R					R		
Elaboração do relatório parcial				R	R	R						
Apresentação do relatório parcial.					R							
Elaboração do Resumo e Relatório Final.								R	R	R		
Preparação da Apresentação Final para o Congresso.											R	R

R: realizada; P: prevista